

Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0041/2015

O MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA - MG, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade à Rua Marcos Pereira Viana Filho, Nº. 175 - B, Centro, CEP 39.465-000, inscrito no CNPJ sob o Nº. 01.612.491/0001-94, por intermédio do Pregoeiro, Senhor (a) Lidiane Rodrigues de Oliveira, nomeada pela Portaria Nº. 00139/2015 torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preço-do Tipo: Menor Preço Por Item, nos termos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Decreto Municipal Nº. 0002/2005, para futura e eventual LOCAÇÃO DE VEICULOS E MAQUINAS, certame que se regerá pelas disposições legais aplicáveis e condições fixadas no presente instrumento convocatório. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I Relação dos Itens e Quantitativos.
- b) Anexo II Carta de Credenciamento;
- c) Anexo III Declaração de fatos impeditivos;
- d) Anexo IV Declaração (cumprimento do art.7º, inciso XXXIII da CF);
- e) Anexo V Formulário de proposta;
- f) Anexo V Declaração Negativa de Parentesco
- g) Anexo VII Minuta de Ata de Registro de Preço.
- h) Anexo VIII Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

01 - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 – A presente licitação tem por objetivo promover o **REGISTRO DE PREÇOS**, **para futura e eventual LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS**.

02 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das dotações orçamentárias para o ano vigente.

03 - RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

3.1 - A proposta comercial (item 04 do Edital) e a documentação necessária à habilitação (item 05 do Edital) deverão ser colocadas em envelopes separados, indevassáveis, sob pena de desqualificação, sendo identificados da seguinte forma:

ENVELOPE Nº. 1



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE

"ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇO"

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0068/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0041/2015

MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA - ESTADO DE MINAS GERAIS A/C DO PREGOEIRO

ENVELOPE Nº. 2

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE

"ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO"

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0068/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0041/2015

MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA - ESTADO DE MINAS GERAIS A/C DO PREGOEIRO

 3.2 - Os envelopes deverão ser entregues ao Pregoeiro na Prefeitura Municipal de MIRAVâNIA da seguinte forma:

REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

"PROPOSTA" E "DOCUMENTAÇÃO":

LOCAL: Setor de Compras e Licitações, Prefeitura Municipal.

DIA: 29/10/2015

HORÁRIO: 09:00 (nove horas)

3.3 - O MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA não se responsabilizará por envelopes "Proposta" e "Documentação" que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horários definidos no item 3.2.

04 - PROPOSTA COMERCIAL

4.1 No "ENVELOPE Nº. 1 - PROPOSTA COMERCIAL", o licitante deverá apresentar sua proposta comercial, **sem rasuras**, em uma via, datilografada ou processada em computador,



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

assinada pelo seu representante legal devidamente identificado e qualificado, constando obrigatoriamente o seguinte:

- 4.1.1 Identificação da proponente, com nome, número do CNPJ ou CPF, endereço, telefone e fax;
- 4.1.2 Indicação do prazo de validade da proposta que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação da mesma;
- 4.1.3 Os preços deverão ser cotados considerando-se a execução/fornecimento do objeto licitado, no MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA, Estado de Minas Gerais, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas e outros encargos.
- 4.1.4 A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições deste Instrumento e total sujeição à legislação pertinente, ficando ratificado nos termos da Declaração prevista no artigo 4º, inciso VII, da Lei Federal nº.10.520, de 17 de julho de 2002.

05 - CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

Será exigida para Habilitação a apresentação dos documentos, com vigência plena até a data fixada para a abertura dos envelopes "Documentação", conforme segue:

5.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA.

- 5.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 5.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, última alteração caso houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- 5.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea 5.1.2, deste subitem;
- 5.1.4 Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

5.2 - REGULARIDADE FISCAL PARA PESSOA JURÍDICA

- 5.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Geral de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 5.2.2 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, emitida pela Receita Federal;
- 5.2.3 Certificado de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviços (FGTS);



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

- 5.2.4 Certificado de Regularidade (certidão negativa de débitos) para com a Fazenda ESTADUAL do domicílio ou sede do Licitante:
- 5.2.5 Certificado de Regularidade (certidão negativa de débitos) para com a Fazenda MUNICIPAL do domicílio ou sede do Licitante;
- 5.2.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT).
- 5.2.7 Documentação do Veículo em nome da Licitante (ou contrato de arrendamento dando poderes a licitante).
- 5.2.8 Certificado de registro e licenciamento de veículo (CRVL), ano 2015, caso o documento (CRLV) ainda não tenha chegado apresentar o 2014 com comprovante de pagamentos em dias (IPVA, DPVAT, TRLAV).
- 5.2.9 Copia da Carteira Nacional de Habilitação dos Respectivos motoristas.

5.3- DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO - (PESSOA FÍSICA).

- 5.3.1 Cópia da Cédula de Identidade.
- 5.3.2 Cópia do CPF.
- 5.3.3 Comprovante de Residência atualizado em nome do Licitante ou em nome dos pais.
- 5.3.4- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante- CND municipal ou equivalente.
- 5.3.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- CNDT.
- 5.3.6 Documentação do Veículo em nome do Licitante (ou contrato de arrendamento dando poderes a licitante).
- 5.3.7 Certificado de registro e licenciamento de veículo (CRVL), ano 2015, caso o documento (CRLV) ainda não tenha chegado apresentar o 2014 com comprovante de pagamentos em dias (IPVA, DPVAT, TRLAV).
- 5.3.8 Copia da Carteira Nacional de Habilitação dos Respectivos motoristas.

5.4 – OUTRAS COMPROVAÇÕES (pessoa física e pessoa jurídica)



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

- 5.4.1 Comprovante ou Declaração que dê cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, onde proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (MODELO ANEXO IV).
- 5.4.2 Comprovante ou Declaração que dê cumprimento a Súmula vinculante Nº. 13 do supremo tribunal federal, de não possuir vinculo de parentesco, matrimonio ou união estável, em linha reta, colateral ou por afinidade com agentes políticos ou ocupantes de cargos comissionados ou autoridade nomeante do município de Miravânia, notadamente com o prefeito municipal, vice-prefeito municipal, secretario municipal e ou procurador geral do município. (MODELO ANEXO VI).

5.5- DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 5.5.1 NO CASO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE **QUE OPTAR PELA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS** DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº. 123/06 DEVERÁ OBSERVAR O SEGUINTE:
- 5.5.1.1 Quando optante pelo SIMPLES nacional: apresentar comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sitio da Secretaria da Receita Federal;
- 5.5.1.2 Quando **não** optante pelo SIMPLES nacional: apresentar declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Lei Complementar nº. 123/06.
- 5.5.2- Não serão admitidas na licitação empresas impedidas de licitar em razão de penalidades anteriores, bem como as que se encontre em falência, recuperação judicial ou ainda em concordata, conforme artigo 192 da Lei nº. 11.101/2005.
- 5.5.3 No caso de Certidões Negativas que não conste data de validade, serão aceitas com a data de emissão <u>não superior a 60 (sessenta) dias</u>.
- 5.5.4- Os documentos retirados da Internet terão sua autenticidade certificada junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação, os demais serão admitidos fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos documentos originais sejam apresentados **na reunião de abertura dos envelopes de habilitação**, para a devida autenticação.
- 5.5.5- Os documentos acima mencionados não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

- 5.5.6- Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se o original for substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificadas.
- 5.5.7 Os documentos de habilitação devem ser apresentados no envelope nº. 02, lacrado, devidamente identificado, se possível em papel formato A4.

06 - DA SESSÃO DO PREGÃO E DO CREDENCIAMENTO

- **6.1 -** O Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO em data e hora, especificada no item 3.2, dando início ao credenciamento e identificação dos representantes das proponentes, onde colherá suas declarações dando ciência do cumprimento dos requisitos de habilitação exigidos no presente Instrumento.
- 6.2- Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da proponente participante deverá apresentar-se ao Pregoeiro, quando convocado para credenciamento, devidamente munido com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:
 - 6.2.1— As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar, mediante apresentação de procuração por instrumento público ou particular (anexar cópia do estatuto ou contrato social), um procurador para lhe atribuir poderes no tocante à formulação de lances e demais práticas necessárias para concretizar os atos e operações no sistema.
 - 6.2.2– Em se tratando de sócio, proprietário, dirigente ou gestor de negócios da proponente, deverá ser apresentado cópia do respectivo Estatuto e/ou Contratos pertinentes, no qual estejam expressos os seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações.
 - 6.2.3 As pessoas físicas deverão credenciar mediante apresentação da carta de credenciamento (ver anexo I) e Carteira de Identidade.

07 - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

- 7.1– Os envelopes de Propostas Comerciais serão abertos e será verificado o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.
- 7.2– O Pregoeiro classificará a proposta de menor preço por item e as propostas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquelas de menor preço para fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

7.2.1- Se não houver, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

08 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 8.1- Às proponentes classificadas será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, com lances distintos e decrescentes, a partir do autor da melhor proposta e os demais em ordem crescente de classificação.
- 8.2 Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas será realizado sorteio em ato público para definir a ordem de apresentação dos lances verbais.
- 8.3 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo proponente, para efeito de posterior ordenação das propostas.
- 8.4- EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE, CONSIDERANDO AS PRERROGATIVAS LEGAIS PELAS MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, SE O CASO, DEVERÁ SER OBSERVADO O REGULAMENTO ESTABELECIDO NOS ITENS SEGUINTES DESTE EDITAL.

09 - DO JULGAMENTO

- 9.1-O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM.
- 9.2-Declarada encerrada a etapa competitiva de lances, as ofertas serão ordenadas para classificação a partir do menor preço por item.
- 9.3 O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira proposta classificada.
- 9.5 Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de microempresas ou empresas de pequeno porte, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores a licitante originalmente melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta;
- 9.6 Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos após o



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

encerramento de lances a contar da convocação do PREGOEIRO, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.

- 9.7 O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 9.8 Serão consideradas equivalentes, propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte de igual valor, para efeito de que dispõe a Lei Complementar nº. 123/06.
- 9.9 O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 9.10 O PREGOEIRO deverá comparar os preços apresentados, observando os preços propostos com os praticados no mercado, utilizando-se da pesquisa realizada.
- 9.11 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será a proponente declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 9.12 Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da proponente que tiver formulado para confirmação da suas condições habilitatórias.
- 9.13 Se a proposta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as demais propostas subseqüentes classificadas, verificando a sua aceitabilidade quanto ao objeto e valor, procedendo à verificação das condições de habilitação da proponente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto deste edital para o qual apresentou proposta.
- 9.14 Em havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 9.15 Caso não venham ser realizados lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 9.16 Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.
- 9.17 Aberto o invólucro "DOCUMENTAÇÃO", em havendo restrição quanto à regularidade fiscal no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

- 9.18 A não regularização fiscal no prazo estabelecido no item 9.17, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado a administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar nos termos do disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 9.19 Da reunião lavrar-se-á a ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelas proponentes.

10 - DOS RECURSOS

- 10.1 Declarada a vencedora, qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando as demais proponentes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos na sede do município.
- 10.2 A proponente poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todas as demais proponentes desde logo intimadas para apresentar contra-razões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 10.3 Na falta de manifestação imediata e motivada, no momento oportuno, a proponente decairá do direito de recurso.
- 10.4 Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 10.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.6 O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e comunicado a todas as proponentes via fax.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação a proponente vencedora, com a posterior homologação de resultado pelo Srº. Prefeito Municipal.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

- 11.2 O licitante julgado vencedor será convocado oportunamente, fixando o prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos para o atendimento à mencionada convocação e assinatura da Ata e contrato.
 - 11.2.1-Será considerado desistente, o licitante que não comparecer dentro do prazo supracitado, fato que dará direito ao Município a proceder de conformidade com o art. 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 11.3 Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas sem convocação para contratação ou emissão da ordem de fornecimento, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO DO OBJETO LICITADO

- 12.1 A execução/fornecimento do objeto será parcelada por um período de 12 (doze) meses, conforme solicitação do Órgão Gerenciador da Ata de registro de preços.
- 12.2 A execução/fornecimento do objeto ocorrerá de acordo com as determinações/ especificações da Contratante.
- 12.3 A execução/fornecimento do objeto deverá ser procedida nas quantidades, prazos e horários determinados pela Contratante e correrão por conta da Contratada todas as despesas relativas a transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução/fornecimento do objeto da presente licitação.
- 12.4 Após o recebimento da ordem de fornecimento o licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para execução/fornecimento do objeto da licitação, sendo aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor dos serviços, bem como após notificação não sendo executado /fornecido o serviço, a Administração poderá a seu critério, convocar os demais proponentes para entrega do bem, tendo em vista a ordem de classificação.
- 12.5 Constatadas irregularidades na execução/ fornecimento do objeto licitado, a Contratante poderá:
 - 12.5.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando a substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - 12.5.2 na hipótese de substituições, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

- 12.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 12.5.4 na hipótese de complementação, o licitante vencedor deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

13 - CONDIÇÕES PARA FATURAMENTO / PAGAMENTO

13.1. O Município de MIRAVÂNIA procederá ao pagamento da execução/fornecimento do objeto licitado no preço ofertado, em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias mediante a efetiva execução/fornecimento do objeto licitado e apresentação das respectivas notas fiscais, que deverão referir-se, unicamente, a este Pregão.

14 - DAS SANÇÕES

- 14.1. Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas na proposta ou no contrato, o MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA, Estado de Minas Gerais, poderá aplicar à adjudicatária ou contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93 e art.7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis.
- 14.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:
 - 14.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor dos serviços não executados.
 - 14.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não executado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento da Ordem de Fornecimento:
 - 14.2.3. -10% (dez por cento) sobre o valor da adjudicação, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir da mesma ou ficar proibido pela fiscalização competente executar o serviço por dolo ou culpa.
- 14.3. -As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 14.4. O recolhimento das multas referidas nos subitens 14.2.1, 14.2.2 e 14.2.3 deverá ser feito, através de guia própria, ao MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA, Estado de Minas Gerais, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

15 - DO REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. Homologado o procedimento e adjudicado o registro de preços, será convocado, pelo Chefe do Departamento de Compras, o(s) vencedor (es) da licitação para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços e contrato cujas minutas integram esse Edital, sob pena de decair do direito ao Registro de Preços, podendo, ainda, sujeitar-se à penalidade legais.
 - 15.1.1. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
 - 15.1.2. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas detentoras da Ata de Registro de Preços, após assinatura da Ata.
- 15.2. O serviço será executado/fornecido mediante expedição da Ordem de Fornecimento, da qual constarão a data de expedição, especificações do serviço a serem prestados e preços unitário e total, que substituirá o Termo de Contrato.
- 15.3. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora fica obrigada a executar/fornecer os serviços registrados, nas quantidades indicadas em cada Ordem de Fornecimento.
- 15.4. A existência do preço registrado não obriga o Município de MIRAVÂNIA a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios com observância na legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.
- 15.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93
- 15.6. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta Concorrência caberá ao Setor de Compras e Licitações.
- 15.7. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração, quando tiver esgotado a capacidade de fornecimento da primeira, e assim subseqüente.
- 15.8. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando o limite, sendo facultado ao licitante atender o quantitativo em função de sua capacidade de fornecimento.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

- 15.8.1 Se a detentora da ata não puder executar/fornecer o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Setor de Compras e Licitações, por escrito, imediatamente após o recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 15.9. A(s) detentora(s) da ata ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimentos efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a prestação do serviço registrado ocorrer em data posterior a do seu vencimento.

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 16.1. Onde este Edital for omisso, prevalecerão os termos das Leis Federais nº. 8.666/93 e 10.520/2002 e modificações posteriores, independentes de menção expressa neste documento.
- 16.2. Fica reservado ao MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA o direito de promover diligências conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei nº. 8.666/93, cujas condições serão fixadas no próprio termo.
- 16.3. As decisões do Pregoeiro do MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA, Estado de Minas Gerais, serão publicadas no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei nº. 8.666/93.
- 16.4. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 16.5. As proponentes interessadas terão direito a vista ao processo tanto das Propostas
 Comerciais quanto dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão
- 16.6. È vedado a proponente retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do Pregão.
- 16.7. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade reconhecida de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 16.8. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação, sendo possível à promoção de diligência



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo para esse fim específico.

- 16.9. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá às proponentes, julgadas desclassificadas, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO" inviolados, no encerramento da licitação.
- 16.10. A impugnação ao presente Edital somente será considerada se apresentada ao protocolo da Prefeitura Municipal, na forma original, com o prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da reunião de abertura do processo licitatório.
- 16.11. As solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhadas por escrito até 48 (quarenta e oito) horas antes da abertura dos envelopes, ao Pregoeiro, através do fax (38)3615 8122 ou na Rua Marcos Pereira Viana Filho, nº. 175-B, Centro Miravânia-MG, Setor de Compras e Licitações, no horário de 08:00 as 12: 00 horas. Outras informações relativas à presente licitação poderão ser obtidas através do telefone 038.3615.8122
- 16.12. Fica eleito o foro da Comarca de Manga, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Miravânia - MG, 15 de Outubro de 2015.

LIDIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA Pregoeira

Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

ANEXO I

RELAÇÃO DOS ITENS E QUANTITATIVOS

Item	Material/Serviço	Unidade	Quantidade
01	Locação de caminhão caçamba toco com capacidade mínima de 06 m³ em bom estado de conservação. (Com motorista – o mesmo devera ter CNH categoria D)	Diárias	250
02	Locação de trator de esteira com potencia mínima de 98 CV, em bom estado de conservação. (Com motorista – o mesmo devera ter CNH categoria D)	Horas	1.000
03	Locação de um rolo compactador de arrasto, em bom estado de conservação.	Hora	1.000
04	Locação de veículo caminhonete utilitária, cabine dupla, a diesel, potencia/cilindrada mínima 170CV. Em bom estado de conservação. (Sem motorista, com manutenção por conta da contratante).	Diárias	360

Miravânia 15 de Outubro de 2015.

Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

ANEXO II MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR EM IMPRESSO PRÓPRIO, PROCURAÇÃO EM SEPARADO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA.

PROCURAÇÃO

A (nome c	la propon	ente)				CNPJ	n⁰
·	, com	sede	à		,	nº	,
Bairro, Cidade:				entada pelo(s)) (sócios	ou dir	etores
com qualificação completa –	nome, RG, C	PF, nacio	nalidade,	estado civil, ¡	profissão	e end	ereço)
pelo presente instrumento de	mandato, no	meia e co	nstitui, se	eu(s) Procurac	dor(es) c	Senho	or (es)
(nome, RG, CPF, nacionalida	•	_ ^ ' ·		3 / · · · ·		` '	•
poderes para junto ao Munic	•		•				,
licitação na modalidade de P	•		`				•
em geral), usando dos rec	-	•		•	•		
especiais para desistir de r					, ,		
condições, confessar, transig				•		•	
podendo ainda, substabelece		•			•		aanao
tudo por bom, firme e valioso,	e, em especia	ı, para o P	regao Pre	esenciai nº. uc)41/2015		
Local, data							
Local, data		Assinatura	а				
		, .50m atan	~				
	(Red	conhecer f	irma)				

Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

PREGÃOPRESENCIAL: Nº. 0041/2015

nenhum fato impeditivo	de nossa ssim, pelos	sanções a que estamos sujeit parte, em participarmos do que venham a surgir a partir o DO EDITAL.	certame em referência e
Ī	ocal ,	data	
	Assina	atura do representante legal	_

Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

ANEXO IV

DECLARAÇÃO REGULARIDADE COM O EXIGIDO NO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR, EM IMPRESSO PRÓPRIO, DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 ANOS, DEVIDAMENTE DATADA, CARIMBADA E ASSINADA.

À Prefeitura Municipal de MIRAVÂNIA MIRAVÂNIA - MG

Ref: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0041/2015

DECLARAÇÃO

DECENITAÇÃO
A signatária, por intermédio de seu diretor Sr, RG nº, CPF nº, declara sob as penalidades cabíveis, que não utiliza em atividades laborativas, noturnas, perigosas ou insalubres menores de 18 (dezoito) anos, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. Declara, portanto, estar regular com o exigido no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição
Federal, combinado com o art. 27 da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.
Por ser verdade, firma a presente declaração.
Local: dede

Assinatura do responsável pela empresa Cargo. Identificação

Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

ANEXO V

FORMULÁRIO DE PROPOSTA

A
Prefeitura Municipal de MIRAVÂNIA
Aos cuidados da Srtª. Pregoeira
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0041/2015
A empresa
Local/data
Assinatura do responsável pela empresa

Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

ANEXO VI - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PARENTESCO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0068/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0041/2015

Fulano	de tal, Brasile	eiro, casado/sol	lteiro, repre	sentante	legal da emp	resa	
ocupante d	do cargo	(comissionade	o, efetiv	o ou	contratado	temporário)	de
	-	lotado	na _			, filho	de
	e			inscrito	no CP	F sob o	Nº
	, porta	dor da CI			declaro para	a fins do dispo	sto na
matrimonio ou ocupantes de	llante Nº. 13 u união estáve e cargos con com o prefeito	do supremo el, em linha ret nissionados ou municipal, vice	tribunal fe a, colateral ı autoridad	deral, não ou por a e nomea	possuir vin finidade com nte do mun	nculo de paren agentes políti ilcípio de Mira	ntesco, cos ou avânia,
Por ser verdad	de, firma a pre	sente declaraçã	io, sob as p	enas da le	ei.		
		, em	de	de 20	15.		
Fulano de tal			RG				

Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

ANEXO VII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. º 00____/2015

PROCESSO Nº. 0068/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0041/2015

VALIDADE: 12 MESES

Por este instrumento, O Município de Miravânia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNP-
Nº. 01.612.491/0001-94, com sede na Rua Marcos Pereira Viana Filho, nº. 175-B, Bairro: Centro, Miravânia
- Minas Gerais, denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr
Raimundo Nonato Pereira Luna, inscrito no CPF sob o nº. 000.000.000-00 e carteira de Identidade RG nº
0.000.000, considerando o julgamento de Procedimento Licitatório de nº. 0068/2015, Modalidade Pregão
Presencial por Registro de Preços nº. 0041/2015, e respectiva homologação, RESOLVE registrar o meno
preço por item, da empresa, inscrita no CNPJ sob o nº
estabelecida na Rua, Bairro:, neste ato representado pelo Sr
, CPF nº, residente e domiciliado na
cidade de, tendo como objeto o Registro de Preços pelo Sistema de Registro de Preços para
futura e eventual LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS conforme atendimento às condições
previstas no Instrumento Convocatório - Edital de Registro de Preços, e as constantes desta Ata de
Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes nos termos da Lei Federal no
10.520/02, Decreto Municipal n. 0002/2005 de 06 de Janeiro de 2005, bem como pelo Art. 15 da Lei Federa
nº. 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações, e demais normas legais aplicáveis, e em conformidade con
as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1- A presente ata tem por objeto <u>o Registro de Preços, do tipo menor preço por item, pelo Sistema de Registro de Preços para futura e eventual LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS</u>, tendo como parâmetro de preços, aqueles constantes na Proposta Final da empresa vencedora do item, nos termos e condições estabelecidas no Edital de Registro de Preços do Processo Licitatório nº. 0068/2015, Pregão Presencial n. 0041/2015 e seus anexos, que passa a fazer parte vinculativa desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preço vencedora.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DAS NORMAS DE EXECUÇÃO

Parágrafo Único - Este instrumento não obriga ao Município de Miravânia/MG, a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

(s) objeto (s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência da prestação dos serviços de publicidade, em igualdade de condições.

1.2 - DAS NORMAS DE EXECUÇÃO

1.2.1 - Os serviços deverão ser prestados de acordo com orientações do Setor de Compras, sendo de boa qualidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Miravânia/MG, através do Departamento de Compras no seu aspecto operacional, e à sua Assessoria Jurídica nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Consideram-se registrados os seguintes preços: Conforme apuração do resultado final no mapa de preços.

ITEM	QTDE	UNID ADE	MATERIAL/SERVIÇO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
VALOR	TOTAL				

Cada preço unitário registrado foi retirado do sistema de controle do Município após a aplicação do menor preço.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

A execução/fornecimento do objeto será parcelada por um período de 12 (doze) meses, conforme solicitação do Órgão Gerenciador da Ata de registro de preços e ocorrerá de acordo com as determinações/ especificações da Contratante, nos locais determinados por esta.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta, mesmo que a entrega deles estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

Não serão aceitos os serviços executados/fornecidos que não corresponderem às especificações exigidas nesse procedimento licitatório, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

Cada serviço deverá ser executado mediante Ordem de Fornecimento, a qual poderá ser feita por memorando, ofício ou fac-símile, devendo dela constar: a descrição do serviço, data, o valor unitário e total do serviço, a quantidade pretendida, o carimbo e a assinatura do responsável.

A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

A cópia da Ordem de Fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata:

- I executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Miravânia/MG, de acordo com o especificado nesta Ata, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- II prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Miravânia/MG, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- III dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município, no tocante ao fornecimento do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;
- IV prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- V a falta na prestação do serviço cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ata e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

VI - comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VII - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Município.

VIII - indenizar terceiros e/ou ao Município, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Registrado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Município, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

II - todas e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Município por autoridade competente, desde que devidas e pagas, em decorrência do descumprimento pela contratada de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, as quais serão reembolsadas ao Município, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a contratada autoriza ao Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Município não eximirá a contratada das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

O Município de Miravânia/MG obriga-se:

I - indicar os locais e dias em que deverão ser prestados os serviços.

II - permitir ao pessoal da contratada as condições necessárias para a execução dos serviços.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

III - notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada nos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado em até 30 (trinta) dias mediante a efetiva execução do serviço e apresentação da respectiva nota fiscal. Na ocasião, a empresa deverá estar regular perante a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e ao Município da licitante, para fins de recebimento, sob pena de o Município reter o (s) referido (s) pagamento (s) até a comprovação exigida.

Parágrafo Primeiro - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo - Para cada Nota de Empenho a Contratada deverá emitir uma nota fiscal/fatura.

Parágrafo Terceiro – O pagamento ficará ainda condicionado a regularidade documental junto ao Município.

Parágrafo Quarto - Constatada a situação de irregularidade documental junto ao Município, a contratada será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto - Nenhum pagamento isentará o fornecedor das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Miravânia solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

Parágrafo Terceiro - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Miravânia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderão ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

- I quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços e no Edital;
- II quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;
- III quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- IV em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
- V os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- VI por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Município ou pelo Fornecedor.
- VII mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata e do Edital de Convocação.
- VIII quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

Parágrafo Terceiro – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento daquele item.

Parágrafo Quinto. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC

Correrão por conta exclusivas do fornecedor:

- I todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- II as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I advertência, por escrito;
- II multa, a ser aplicada pelo Município, e, após a confirmação de 02 (duas) advertências, independente de ser motivo diferenciado, ficando suspenso o fornecimento até o seu recolhimento;
- III cancelamento desta Ata de Registro de Preços após a aplicação de 02 (duas) multas ou quando multa aplicada não houver sido recolhida em prazo superior a 10 (dez) dias, contados da publicação;
- IV suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 2(dois) anos;
- V declaração de inidoneidade.

Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

Parágrafo Primeiro. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas, atrasos na entrega ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao Erário.

Parágrafo Segundo. A contratada sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura/orçamento aprovado.

Parágrafo Terceiro. A contratada estará impedida de licitar com a Administração Púbica por um prazo de até 02 (dois) anos, em caso de fraude ou qualquer tipo de crime, devidamente comprovado, atendidas as prerrogativas legais existentes.

Parágrafo Quarto. As multas previstas são aplicáveis simultaneamente às outras cominações previstas nesta Ata.

Parágrafo Quinto. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- I se a contratada descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à contratante;
- II se a contratada sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- III se a contratada tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista nas contratações advindas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:



Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

- I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.
- II integram esta Ata, para fins de acompanhamento de execução, o Edital de Licitação de nº. 0068/2015 Pregão Presencial nº. 0041/2015 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.
- III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Manga – MG, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

	Miravânia, xx de Novembro de 2015.	
	Raimundo Nonato Pereira Luna Prefeito Municipal de Miravânia	
	CONTRATADA.	
	TESTEMUNHAS:	
Nome:	 CPF:	Nome:

Estado de Minas Gerais CNPJ: 01.612.491/0001-94

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À Prefeitura Municipal de MIRAVÂNIA MIRAVÂNIA - MG

DECLARAÇÃO

A signatária, CNPJ nº, por
intermédio de seu diretor Sr, RG nº, CPF nº, declara sob
as penalidades cabíveis, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório é
microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei
Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declara conhecer na integra,
estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no
procedimento Licitatório do Pregão Presencial nº. 0041/2015, realizado pela Prefeitura Municipal de MIRAVÂNIA/MG.
Declaro ainda que não se encontra incurso nos impedimentos prevista no art. 3º, § 4º da Lei
123/06.
. 20,001
Por ser verdade, firma a presente declaração.
l apple da da
Local:dede
Assinatura do responsável pela empresa
Accinatara de responsavor pola empresa
Cargo.
Identificação

Contratada

Rua Marcos Pereira Viana Filho, 175-B - Centro - CEP 39.465-000 TEL (FAX).: (38) 3615-8122 Email: comprarlicitando@outlook.com